



Distribuidoras de energia terão isenções na Rio 2016

Senadores aprovaram no Plenário medida provisória que garante suprimento de eletricidade para Jogos Olímpicos

De acordo com a medida provisória aprovada ontem no Plenário, as distribuidoras terão isenção de diversos tributos para realizarem as obras necessárias para o suprimento temporário de eletricidade para as competições das Olimpíadas no Rio. O texto agora será remetido para a sanção presidencial. A oposição criticou a medida, argumentando que ela foi feita com o intuito de burlar a exigência de licitação e beneficiar as distribuidoras Furnas e Light. O DEM avisou que pedirá ao Ministério Público que investigue o caso. **3**



José Agripino, Ronaldo Caiado e Donizeti Nogueira observam resultado da votação no painel: MP foi aprovada por 47 a 12

Plenário rejeita MP com menos de sete dias de prazo

Medida provisória que aumentava alíquotas de impostos não foi lida no Senado devido ao prazo exíguo com que chegou da Câmara: perdeu a validade ontem. O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu à presidente Dilma Rousseff que reedite a medida. **3**

Cresce denúncia de casos de violência contra a mulher

Especialistas destacaram, em audiência ontem, que as mulheres estão denunciando mais a violência que sofrem. Mas advertiram que as formas de violência têm mudado e que serviços de atendimento a vítimas não chegam ainda a 10% dos municípios. **6**



Projeto busca evitar fechamento arbitrário de instituições públicas de ensino

Proposta que impõe regras para extinção de escola vai à Câmara

Aprovado ontem em decisão final na Comissão de Educação, projeto do Senado determina que o fechamento ou a reestruturação de escola da rede pública deverão ser previamente avaliados pelo

conselho de Educação responsável pela unidade de ensino.

A comissão também aprovou convite ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para falar sobre a Base Nacional Comum Curricular. **8**

Casa homenageia defensores dos direitos femininos

O Senado entregou o Diploma Bertha Lutz a cinco personalidades que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres. Receberam a homenagem a ex-ministra do STF Ellen Gracie, a ex-ministra da Igualdade

Racial Luiza Bairros, a escritora Lya Luft, a militante Lucia Antony e o ministro do STF Marco Aurélio Mello. Esta é a primeira vez que um homem recebe o diploma. A entrega ocorreu numa sessão do Congresso. **2**



Renan e Marco Aurélio (ambos no centro) posam entre parlamentares e premiadas após entrega dos diplomas

Empréstimo de US\$ 150 milhões ao Acre é autorizado **3**

Cancelar serviço de telefonia e TV pode ficar mais fácil **8**

Prefeitos propõem rapidez para pauta municipalista **4**

Projeto sobre Orçamento deve ser votado na terça-feira

Pedido de vista coletiva encabeçado por José Pimentel adiou para terça-feira a análise, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do substitutivo de Ricardo Ferraço ao PLS 229/2009, que estabelece normas gerais

sobre orçamento, controle e contabilidade pública. O texto de Ferraço reformula a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, além de fortalecer a gestão fiscal responsável. **7**



Ferraço (2º à esq.) propõe, em reunião presidida por Gleisi (D), sistema que integra cidades com mais de 200 mil pessoas

Comissão pede informações sobre loterias da Caixa **4**

Oposição obstrui pauta e cobra exame de impeachment **3**

Ministro da Fazenda fala ao Senado sobre dívida pública **7**



O ministro Marco Aurélio Mello recebe o Diploma Bertha Lutz da ministra Eleonora Menicucci e do deputado Beto Mansur

Senadores prestam tributo a defensores do direito feminino

Diploma Bertha Lutz foi entregue ontem em sessão do Congresso a cinco personalidades que se destacaram na luta pelas mulheres. Ministro do STF foi primeiro homem a receber homenagem

CINCO PERSONALIDADES QUE protagonizaram a luta pelos direitos das mulheres no Brasil receberam ontem, no Dia Internacional da Mulher, o Diploma Bertha Lutz. A entrega da condecoração do Senado foi feita numa sessão solene do Congresso. Neste ano, a diplomação trouxe como fato inédito a inclusão de um homem entre as personalidades reconhecidas. A honraria coube ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello.

Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele lançou em 2014 a campanha Mais Mulheres na Política. Marco Aurélio também ajudou a conceber a campanha Todo Poder às Mulheres, destinada a estimular uma maior participação feminina no poder.

Na sessão, o ministro citou os obstáculos que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, como os salários mais baixos que os dos homens:

— Males como esse, além do excesso de jornada, das precárias condições de trabalho e da inobservância dos direitos decorrentes da maternidade, devem ser combatidos com fiscalização rígida e apelação severa — afirmou.

Apelo universal

Também foram agraciadas Lya Luft, escritora e tradutora; Ellen Gracie, ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e a primeira mulher a integrar a Corte; Luiza Helena de Bairros, ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial; e Lucia Regina Antony, ex-vereadora em Manaus e fundadora do Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas e da União de Mulheres de Manaus.

A três primeiras não puderam comparecer ao evento.

Homenageadas

Ellen Gracie

▪ 1ª mulher a ser ministra do STF



Lucia Antony

▪ Militante dos direitos femininos



Luiza Bairros

▪ Ex-ministra da Igualdade Racial



Lya Luft

▪ Escritora e tradutora



O conselho que escolhe os homenageados é presidido por Simone Tebet (PMDB-MS). Em discurso, a senadora mencionou o filme paquistanês *A Girl in the River*, que venceu o Oscar de melhor documentário de curta-metragem neste ano: — A obra retrata o quadro de violência contra a mulher e tem apelo universal.

Projetos prioritários

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu trabalhar para que temas de interesse feminino avancem no Congresso. Ele recebeu da bancada feminina uma pauta com 20 projetos.

— A discriminação das mulheres atinge a sociedade, destrutura lares, destrói famílias — afirmou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), titular da Procuradoria Especial da Mulher no Senado, sugeriu que o diploma passe a ser uma premiação do Congresso — hoje é do Senado. A senadora defendeu a aprovação de uma proposta da deputada Luiz Erundina (PSB-SP) que torna obrigatória a presença de ao menos uma mulher na Mesa Diretora de cada Casa legislativa do país.

— Queríamos que acontecesse no Brasil o que aconteceu na Argentina, onde as mulheres passaram de 10% do total de

cargos eletivos para 36%.

A deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que dirige a Procuradoria da Mulher da Câmara, prestou uma homenagem aos homens que “engrandecem o nosso país na defesa da justiça, da equidade e do respeito às nossas mulheres”.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e as deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Moema Gramacho (PT-BA) criticaram a campanha pelo impeachment.

— Não pode haver retrocesso maior que retirar o mandato de primeira mulher eleita e reeleita para o país — disse Fátima.

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu a aprovação do PLC 130/2011, que põe fim à diferença salarial entre homens e mulheres. Lasier Martins (PDT-RS) citou a contribuição de Lya Luft para a literatura.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e a deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) destacaram o acerto da homenagem a Marco Aurélio.

Sentimento

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a “feminização” da política, para que o Brasil se torne “um país com mais sentimento”.

Criado em 2001, o Diploma Bertha Lutz traz o nome de uma pioneira do feminismo no país, responsável por ações que resultaram no direito de voto às mulheres e na igualdade de direitos políticos no início do século 20. Participaram ainda do evento Nilma Lino Gomes, ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A senadora Ângela Portela (PT-RR), quarta-secretária do Congresso, dividiu com Renan a direção da sessão.

Em pronunciamentos, senadores lembram Dia Internacional da Mulher

Senadores usaram a tribuna ontem, Dia da Mulher, para cobrar avanços na igualdade de direitos entre os sexos.

“Todo dia é Dia da Mulher. Todo dia a mulher está envolvida com responsabilidades, na casa, no cuidado com os filhos, na profissão, na atividade política. Todo dia matamos um leão.” **Ana Amélia (PP-RS)**



“Homem que é homem não espanca mulher. É um covarde. As mulheres precisam ser bem tratadas, amadas, precisam estar presentes onde elas quiserem estar, em todos os espaços da sociedade.” **Paulo Paim (PT-RS)**

“Houve avanços [nos direitos das mulheres], mas muito precisa ser conquistado, como o direito pleno à saúde. Mulheres demoram para obter o diagnóstico de câncer de mama.” **Eduardo Amorim (PSC-SE)**



“Há dez anos o Brasil aprovou a Lei Maria da Penha. Alguns se colocaram contra, mas as Nações Unidas colocaram a Maria da Penha como uma das três melhores leis do mundo.” **Jorge Viana (PT-AC)**



“A incorporação de um homem [agraciado com o Diploma Bertha Lutz] dá sentido à ideia de que a luta pelos direitos da mulher não é só das mulheres, mas da sociedade brasileira.” **Lídice da Mata (PSB-BA)**



“O *Mapa da Violência* aponta que 55% das mortes violentas de mulheres no país acontecem no ambiente doméstico, onde deveria haver conciliação, solidariedade, respeito mútuo.” **Rose de Freitas (PMDB-ES)**



ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Sabatina

8h30 Sabatina de Aurélio Amaral, indicado para a Agência Nacional do Petróleo. Depois, votação de projetos, como o sobre geração de energia em aterro sanitário.

CAS Remédios

9h Audiência sobre transparência à concessão do registro de medicamentos.

CDR Minha Casa, Minha Vida

9h Votação de projetos como o que destina casas do Minha Casa, Minha Vida a trabalhadores da construção civil.

OBRAS INACABADAS Requerimentos

9h Votação de requerimentos.

CCJ Passagens aéreas

10h Sabatina de Joel Paciornik e Antonio Palheiro, indicados para o STJ. Depois, análise de texto sobre transferência de bilhete aéreo entre passageiros.

CE Escola de tempo integral

10h Audiência sobre o PLS 255/2014, que institui a escola de tempo integral.

CMO Relatórios

10h Análise de relatórios.

MP 707 Audiência

11h Audiência sobre a MP, que beneficia caminhoneiros.

PRESIDÊNCIA Mulher

11h Renan Calheiros participa da entrega do relatório de atividades da Procuradoria da Mulher. Às 16h, ordem do dia.

MULHER Relatório de atividades

11h Apresentação do relatório de atividades da Procuradoria da Mulher.

CDH Adoção

11h30 Votação de projetos, como o PLS 531/2013, que facilita a adoção.

MP 712 Plano de trabalho

14h Apresentação do plano de trabalho da comissão responsável pela MP.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada pela MP 696/2015.

MP 698 Relatório

14h30 Votação do relatório da MP, que garante ao FGTS pagamento de prestação não quitada do Minha Casa, Minha Vida.

CONSELHO DE ÉTICA Delcídio

14h30 Apresentação do relatório preliminar sobre o caso Delcídio.

CPI DO FUTEBOL Requerimentos

14h45 Análise de requerimentos.

AGENDA BRASIL Reciclagem

15h Votação de textos, como o que beneficia projetos de reciclagem.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Medida provisória, que vai para sanção presidencial, concede isenção de tributos para que distribuidoras façam obras necessárias ao fornecimento de energia para os Jogos

Aprovado benefício para elétricas na Olimpíada

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 693/2015, que concedeu benefícios fiscais a distribuidoras de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio. Foram 47 votos favoráveis e 12 contrários. O texto vai para a sanção.

As isenções valem para as distribuidoras de energia que atuarão no Rio e nas cidades que sediarão jogos de futebol (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus).

O benefício atingirá obras de construção civil, elétrica e eletromecânica; prestação de serviços; prestação de serviços de operação dos sistemas de controle, gestão, monitoramento e supervisão do fornecimento de energia temporária; e compra e aluguel de máquinas, equipamentos e materiais.

Entre os tributos envolvidos estão a Cide-Combustíveis, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Cofins-Importação, o PIS-Pasep-Importação, o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e o Imposto de Importação.

A MP também concedeu às distribuidoras de energia a isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte que incide sobre os valores pagos ou remetidos em virtude de prestação de serviços e fornecimento de bens ou aluguéis.



Ronaldo Caiado critica a medida provisória e diz que pedirá à Procuradoria-Geral da República que investigue o caso

Parecer favorável foi apresentado no Plenário pelo relator, Telmário Mota (PDT-RR), que acolheu totalmente o texto aprovado pelos deputados.

Críticas

Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a proposta. Segundo ele, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou irregularidades no processo. O senador explicou que o tribunal entende que o governo foi displicente e não realizou as necessárias licitações para o fornecimento de energia para os Jogos Olímpicos.

Assim, sem licitações, disse Caiado, a MP beneficia apenas Furnas e Light, desrespeitando a Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se-

gundo o TCU, os prejuízos aos cofres públicos com a medida já somam R\$ 2 milhões.

Caiado avisou que seu partido levará uma representação à Procuradoria-Geral da República para que sejam apuradas as responsabilidades dos gestores do Ministério de Minas e Energia. Isso, diz, acabou por impedir a participação de outras distribuidoras de energia. Ele também apontou que as isenções fiscais não foram previstas no Orçamento.

O senador chegou a apresentar requerimentos para tentar impedir a votação até o final do dia de ontem, quando a MP perderia validade. Depois de um acordo, apenas três requerimentos foram votados, mas todos foram rejeitados pelo

Plenário. O DEM e o PSDB chegaram a entrar em obstrução e pedir verificação de quorum, o que não impediu a aprovação da proposta.

— A medida produz prejuízos ao país. É uma MP para criar um cartel. Isso será esclarecido pelo TCU e pela Polícia Federal — afirmou ele.

Também foram contrários senadores como Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Apoio

Por outro lado, a aprovação da proposta foi defendida por senadores como José Pimentel (PT-CE), Donizeti Nogueira (PT-TO), Rose de Freitas (PMDB-ES), Omar Aziz

(PSD-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lindbergh Farias (PT-RJ). A importância dos Jogos para a imagem e a economia do país foi destacada pelos apoiadores.

Quanto aos produtos trazidos de fora para uso nos Jogos, a MP concedeu isenção da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro. A taxa é cobrada pelo Exército, ao qual cabe controlar esses produtos, como armas e munições. Além dos que serão usados pelas equipes de tiro esportivo, também estão sob controle os fogos de artifício.

A taxa é devida pelas empresas ligadas ao comércio e à fabricação de armas, munições, explosivos e produtos químicos agressivos. Também pagam a taxa esportistas e colecionadores de armas.

Com a isenção, estão dispensados de pagá-la os atletas, os comitês olímpicos e paraolímpicos, as federações e as empresas responsáveis pela organização dos Jogos.

A isenção de dois impostos incidentes sobre a importação de equipamentos esportivos, que terminou em dezembro de 2015, foi prorrogada pela MP até dezembro de 2022.

Essa isenção abrange o Imposto de Importação e o IPI no caso de equipamentos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas brasileiros.

Rejeitada leitura de MP com pouco prazo para análise

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou de ler ontem a Medida Provisória 694/2015, porque o texto chegou à Casa com menos de sete dias para o fim da validade. A MP foi aprovada na Câmara na quinta-feira e perdeu a eficácia ontem.

A medida aumentou de 15% para 18% a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente no pagamento de juros sobre o capital próprio pagos ou creditados aos sócios ou acionistas de empresas.

Em maio de 2013, uma decisão da Mesa do Senado determinou que a Casa não receberia mais MPs com menos de sete dias para o fim do prazo. Naquele mês, o Senado deixou de ler a Medida Provisória 605/2013, que permitia o uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para compensar descontos concedidos na tarifa de energia elétrica. A MP perdeu a eficácia por decurso de prazo.

Sobre a MP 694/2015, Renan reconheceu ontem o mérito do tema, de interesse da União,

dos estados e de setores da economia, mas criticou a forma como as medidas estão sendo analisadas no Congresso.

— Faço um apelo à presidente Dilma Rousseff para que reedite a medida, se entender que é o caso. E faço um apelo à Câmara dos Deputados para que não teste, porque nós estamos tendo seguidas demonstrações em que o Senado é testado — afirmou.

Renan disse que tem sido reiterada a prática da Câmara de votar MPs e enviá-las ao Senado com prazos mínimos antes do fim da vigência.

— Isso constrange o Senado Federal, ter de votar a toque de caixa — argumentou.

Os senadores debateram em Plenário a medida provisória. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que a MP trazia uma conquista importante para o estado dele ao retomar o incentivo ao transporte, à infraestrutura e ao transporte de cabotagem, mas disse entender a posição do presidente do Senado, que estaria consolidando uma jurisprudência.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), sugeriu que os senadores unissem forças para assegurar a reedição da medida provisória pela presidente Dilma.

Já o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), acusou a oposição de atrasar a tramitação da medida provisória na Câmara para que perdesse a validade.

Cristovam Buarque (PPS-DF) pediu à Câmara que vote a PEC 70/2011 (PEC 11/2011 no Senado), do ex-senador José Sarney, que disciplina o tempo de tramitação das medidas provisórias.

Cálculo

Os juros sobre capital próprio, objeto da MP, são recebidos pelos sócios ou acionistas que financiam uma empresa com os próprios recursos. Em troca de ajudar o negócio, eles têm direito a receber juros pelo valor investido. Além de elevar a alíquota do IRRF, a MP reduzia o valor total que pode ser deduzido a título de juros sobre capital próprio pago aos sócios.

Acre terá empréstimo de US\$ 150 milhões para saneamento ambiental

Foi aprovada ontem em Plenário e, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorização para o Acre contratar com o Banco Mundial empréstimo de US\$ 150 milhões (PRS

9/2016). Os recursos vão para o Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica. Relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu urgência na análise diante da epidemia de dengue e zika.

Oposição decide obstruir a pauta até a comissão do impeachment ser instalada

Os líderes da oposição no Senado iniciaram ontem um movimento de obstrução dos trabalhos até a instalação da comissão especial para analisar o pedido do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Eles aderiram à pressão iniciada pelos deputados do PSDB, DEM, SD, PPS e PSB na Câmara.

Esta semana, o Supremo Tribunal Federal divulgou acórdão da decisão sobre o rito do impeachment e abriu prazo para apresentação de recursos.

Para o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), o Brasil aguarda uma resposta do Legislativo sobre a crise política.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a oposição está em sintonia com o sentimento da sociedade, que cobra da classe política uma definição de rumo no país.

Já o líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), criticou a oposição dizendo que a atitude de obstruir as votações reflete a ideia do “quanto pior, melhor”. E Lindbergh Farias (PT-RJ) considerou “inacreditável” o papel da oposição no atual momento de crise, quando o povo espera justamente que o Congresso trabalhe e contribua na resolução dos problemas.

Colegiado também definiu duas políticas públicas que serão avaliadas neste ano: o Brasil Transparente e a participação social na elaboração de planos como o Plurianual

Comissão de Transparência quer explicações sobre loterias

A COMISSÃO DE Transparência e Governança Pública (CTG) aprovou ontem requerimento que pede informações ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre a administração das loterias por parte da Caixa Econômica Federal.

O autor, Paulo Bauer (PSDB-SC), solicita a relação dos vencedores de todas as loterias cujo valor tenha sido superior a R\$ 1 milhão por prêmio nos últimos oito anos.

O requerimento, que vai a Plenário, pede ainda a relação dos ganhadores de mais de um prêmio, por tipo de loteria, qualquer que tenha sido o valor, durante o mesmo período. As informações devem ter o número do CPF

do ganhador, a data do sorteio e do pagamento, o valor do prêmio e a localidade em que foi feita a aposta.

Outro requerimento aprovado, de Telmário Mota (PDT-RR), pede audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, para que ele apresente o Referencial Básico de Governança, documento criado pelo órgão.

Políticas públicas

Na segunda parte da reunião, duas políticas públicas do Executivo foram escolhidas para análise da comissão neste ano. Uma delas é a que fomenta a participação social na formulação e na implementação de planos e programas do



Capiberibe (D) é o autor do requerimento que propõe a avaliação da política de transparência do governo federal

governo, em especial no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019. O requerimento para a avaliação é de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O segundo requerimento, de João Capiberibe (PSB-AP), pede que seja avaliada também a política de transparência

pública do governo federal implementada pela Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente em relação ao Programa Brasil Transparente.

Capiberibe defende que é importante avaliar políticas públicas do Estado para que elas sejam aprimoradas pelas

comissões, tornando essas ações mais transparentes.

— Vivemos um momento tenso, de grande desconfiança da sociedade em relação ao Estado, às instituições públicas. Por isso, é tão necessário torná-las mais transparentes, por meio dessas avaliações.

Prefeitos pedem votação de pauta municipalista

O vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, sugeriu ontem que o Senado promova uma semana de votações de propostas municipalistas. A expectativa dele, que levou a mesma reivindicação à Câmara dos Deputados, é que boa parte dessa pauta esteja votada antes da 19ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, marcada para os dias 9 a 12 de maio.

Acompanhado dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Aroldi fez a sugestão em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

— São propostas importantes que não mexem em Orçamento da União, nem dos estados, mas que estão incomodando muito os municípios neste momento — disse.

Renan Calheiros lembrou o esforço para montar uma agenda expressa destinada a agilizar as votações neste ano, com temas considera-

dos prioritários pelos líderes partidários.

Nessa pauta, disse o senador, serão incluídas propostas que favoreçam a retomada do equilíbrio das contas de estados e municípios.

ISS

Entre os temas em análise no Senado, os prefeitos pedem a aprovação de mudança nas regras do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme o texto Substitutivo da Câmara (SCD) 15/2015 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 386/2012.

Segundo a CNM, se aprovada, a alteração vai permitir que os municípios participem de forma igualitária da distribuição dos recursos arrecadados em operações de cartão de crédito, leasing, planos de saúde e construção civil, hoje concentrados em municípios do estado de São Paulo.

Os prefeitos também defendem a derrubada do veto da presidente à Lei de Repatriação (Lei 13.254/2016).

O Executivo vetou o trecho regulamentando que valores repatriados fariam parte dos impostos integrantes da base de cálculo dos Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados (FPM e FPE).

CPMF

Quanto à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Aroldi disse que os prefeitos não chegaram a um consenso sobre o apoio à recriação do tributo.

Segundo ele, a confederação só aceita a volta da CPMF se a arrecadação for feita pelos critérios do FPM, que leva em conta a população local. Já as cidades com mais de 200 mil habitantes, para onde se deslocam moradores de municípios menores em busca de atendimento médico, propõem que o critério seja o número de pessoas atendidas pelo SUS.

O governo quer que os prefeitos defendam também a reforma da Previdência e a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

CMO avalia medidas provisórias que dão crédito suplementar ao governo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar hoje duas medidas provisórias que abrem créditos suplementares para o Executivo. Segundo a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), elas serão incluídas na pauta de votações assim que a comissão receber do Ministério do Planejamento mais detalhes sobre os valores.

AMP 709/2015 disponibiliza R\$ 1,32 bilhão para ministérios (da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Esporte e do Turismo) e secretarias (de Aviação Civil e de Portos) e para transferências a estados e municípios. Entre as ações que usarão o dinheiro, estão o combate ao *Aedes aegypti*, o fomento agropecuário, o Programa Farmácia Popular e a transposição do Rio São Francisco. As transferências a estados e municípios são para recomposição de pagamentos referente à Lei Kandir.

A MP 710/2016 libera R\$

1,47 bilhão aos Ministérios da Justiça, da Defesa, da Integração, da Cultura e do Turismo e para encargos financeiros da União. A maioria das ações tem a ver com as Olimpíadas. Os encargos são relacionados à constituição do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), entidade que serve aos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A pauta de hoje da CMO inclui prestações de contas de órgãos federais e requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre as pedaladas fiscais.

A comissão deverá também avaliar novo convite ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, relator das contas presidenciais do ano de 2014. Ele participou de audiência sobre o assunto na semana passada, mas se retirou antes que os parlamentares pudessem fazer perguntas, o que desagradou membros da base do governo na CMO.

Senadores estão otimistas sobre retomada do seguro-defeso

Uma comitiva de senadores reuniu-se ontem com o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar do restabelecimento do decreto legislativo que garante o pagamento do seguro-defeso aos pescadores. Segundo o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), as expectativas dos parlamentares são otimistas.

— O ministro foi muito atencioso, ouviu as nossas preocupações e pro-

meteu dar uma posição nos próximos cinco dias — disse.

O grupo de senadores foi formado também por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP), Omar Aziz (PSD-AM), Benedito de Lira (PP-AL), Sandra Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Barroso é o relator da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) por meio da qual o governo federal contesta o

decreto legislativo que anulou uma portaria interministerial de outubro de 2015. A portaria suspendeu por 120 dias o pagamento do seguro-defeso.

Em liminar concedida em janeiro, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, acatou a argumentação do governo e interrompeu os efeitos do decreto até a decisão final do relator. Caso Barroso não acolha a ADI, caberá recurso ao pleno do STF.

O seguro-defeso é uma espécie de seguro-desemprego pago aos pescadores artesanais para que não atuem durante o período de reprodução de peixes e crustáceos. O valor corresponde a um salário mínimo para cada mês de proibição da pesca.

O governo suspendeu o pagamento por seis meses como parte do ajuste fiscal. Randolfe criticou o impacto social e ambiental da medida.

Mudança no Minha Casa deve ser votada hoje

Medida altera as regras de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em financiamentos do programa de habitação do governo. Relator acolheu 4 emendas ao texto

A VOTAÇÃO DO relatório do deputado Arnon Bezerra (PTB-CE) sobre a Medida Provisória (MP) 698/2015, que muda as regras de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em financiamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, foi adiada para hoje, às 14h30.

Na reunião de ontem, em que apresentou o relatório, Bezerra anunciou o acolhimento de 4 das 18 emendas apresentadas ao texto.

O FGTS já pode ser usado para financiamento de imóveis novos, produzidos com recursos do Minha Casa, Minha Vida. Além disso, o fundo tem investido na construção de moradias das três primeiras faixas do programa — para famílias com renda mensal de R\$ 1,6 mil a R\$ 5 mil.

Com a MP, o FGTS passa a ter a garantia de que, caso os beneficiários não quitam as prestações dos imóveis que serão construídos com recursos do fundo, o Tesouro Nacional fará a compensação por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Para isso, será feita uma caução de depósito dos valores recebidos do FGTS exatamente no montante correspondente ao valor financiado pelo mutuário, prevendo devolução do crédito ao FAR após a garantia.



O deputado Bezerra acolheu 4 emendas no relatório, que deve ser votado hoje na comissão presidida pelo senador Benedito

O FAR continua responsável por cobrir o risco de danos físicos ao imóvel e o risco de morte ou invalidez permanente do beneficiário, como já está previsto na Lei 11.977/2009.

A intenção do governo é abrir uma fonte de recursos para a continuidade do programa. A expectativa é que as obras não sejam paralisadas e mantenham aquecido o mercado da construção civil.

Pedido de vista

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) pediu vista do relatório a fim de discutir o

motivo de as duas emendas apresentadas por seu partido terem sido descartadas, com a justificativa de que continham matéria estranha ao conteúdo da medida provisória.

O deputado acrescentou que o DEM ainda tem dúvidas quanto ao mérito da MP e, por isso, pediria mais tempo para entender a proposta.

— Estamos pedindo vista para analisar esse relatório e poder votá-lo se for o caso. Se for mantida a discordância do texto, aí poderemos entrar em obstrução — afirmou.

O líder do governo no Con-

gresso, senador José Pimentel (PT-CE), alertou para o curto tempo que os parlamentares têm para discutir a medida, cuja validade termina no dia 31, mas disse acreditar que a MP pode ser votada por consenso.

— Vamos tentar avançar um pouco mais nas reivindicações dos parlamentares. Na Câmara, vamos continuar com o debate, tendo clareza de que, num país continental como nosso, sempre vai faltar alguma coisa.

Emendas

Entre as emendas acolhidas no relatório do deputado Ar-

non Bezerra, está a sugestão apresentada pelo deputado Carlos Marun (PMDB-MS) que assegura um investimento mínimo do programa em cidades com menos de 50 mil habitantes.

O deputado propôs 20% dos recursos, mas o relator acatou apenas 10%.

— Nosso entendimento é que o formato da emenda pode ser aprimorado, reduzindo-se esse percentual para 10% dos recursos, o que permitirá um mecanismo a mais na facilitação do acesso ao crédito para produção para as pequenas empresas que queiram construir moradias nesses municípios — explicou o parlamentar.

Marun, no entanto, reforçou o pedido de vista na tentativa de emplacar um percentual mais significativo na proposta e mudar os critérios exigidos no relatório de Arnon Bezerra para cumprimento do investimento mínimo nesses municípios.

Outra emenda incluída no texto foi de autoria do senador Lasier Martins (PDT-RS), que garante prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida a trabalhadores de baixa renda vítimas de desastres naturais, que tenham suas casas arrasadas pelas chuvas ou conde- nadas pela defesa civil.

Reguffe pede Ministério Público e PF mais fortes

Reguffe (sem partido-DF) cobrou o fortalecimento do Ministério Público e da Polícia Federal, destacando os serviços relevantes dessas instituições para os cidadãos e para a democracia.

Ele considera necessário punir eventuais excessos e desvios da função pública, mas rejeitou qualquer tentativa de enfraquecimento da polícia e dos promotores sob o pretexto de disciplinar o poder das instituições.

O senador considera necessário apoiar a Operação Lava-Jato e aprofundar as investigações em torno das revelações do senador Delcídio do Amaral (PT-MS). Reguffe pediu atenção especial às denúncias de possível interferência de ministro de tribunal superior nas investigações da Lava-Jato.

— O que eu vejo não é apenas um grande esquema de corrupção e roubo de dinheiro público, é o roubo da esperança dos corações dos brasileiros.



Beto Barreto/Agência Senado

Marta defende mudanças no Simples Nacional

A aprovação do PLC 125/2015, que prevê alterações nos limites de enquadramento das empresas optantes do Simples Nacional (regime diferenciado de tributação que beneficia microempresas e empresas de pequeno porte), foi defendida ontem por Marta Suplicy (PMDB-SP).

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e encaminhada para votação em Plenário em regime de urgência.

Conforme a senadora, as receitas geradas pelas empresas contempladas pelo Simples Nacional em 2015 aumentaram 2,92% quando comparadas com os valores de 2014. No mesmo período, as receitas administradas pela Receita Federal caíram 4,66%.

— Este país precisa de menos imposto e precisa de mais empregos. Não podemos sufocar essa possibilidade, mantendo a situação que aí está.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Para Medeiros, má reforma agrária faveliza o campo

José Medeiros (PPS-MT) defendeu ontem a regulamentação da Lei 13.001/2014, sobre liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária.

Só assim, disse, será possível continuar os procedimentos de titulação dos assentamentos rurais e garantir segurança jurídica a centenas de milhares de famílias que produzem no campo e cujas propriedades não são escrituradas.

O senador lembrou que a regularização fundiária é condição para que o produtor obtenha crédito para investimento, evita conflitos sociais e garante proteção ambiental:

— Centenas de milhares de assentados da reforma agrária vivem em condições precárias de moradia e infraestrutura de produção, numa espera sem fim pela escrituração de suas propriedades rurais. Isso acarreta quase uma favelização dos campos. Verdadeiras favelas rurais.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Vanessa celebra acordo para recuperar rodovia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou ontem que caberá ao Ibama a expedição do licenciamento ambiental da obra de recuperação da rodovia BR-319, que liga o Amazonas a Rondônia e ao restante do país.

Conforme explicou a senadora, houve alguns questionamentos sobre qual órgão teria competência para emitir a licença. Em dada ocasião, o Ibama afirmou que a expedição caberia ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas.

Mas agora, disse Vanessa Grazziotin, o governo do Amazonas abriu mão dessa atribuição, transferindo-a ao Ibama. Com isso, a obra de recuperação da rodovia poderá ser retomada, comemorou a senadora.

— Primeiro, que sejam garantidas obras permanentes de manutenção. Nós continuamos na luta para que essa estrada importante para todos nós seja completamente recuperada e repavimentada — afirmou.

Ângela cobra solução para falta de energia em RR

Ângela Portela (PT-RR) cobrou providências do governo para acabar com os constantes apagões que atingem Roraima. Na segunda-feira, a maioria dos municípios ficou cerca de cinco horas sem energia.

A senadora pediu que a Eletrobras forneça combustível suficiente para o funcionamento adequado das três termelétricas que precisam ser acionadas quando há falhas no fornecimento da energia que abastece Roraima, que vem da Venezuela.

— Além dos consumidores de energia, o apagão afetou telefonia fixa e móvel, internet, transmissão de rádio e TV, postos de gasolina, aeroportos, rodoviária, semáforos e caixas eletrônicos. É evidente que isso vem impondo um sofrimento ao povo. A falta de energia agride a economia, impacta o comércio, a indústria, os serviços, tudo que representa empreendedorismo no estado.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Mulheres denunciam mais a violência, destacam debatedores

Central de atendimento a vítimas cresceu 54% em 2015. Formas de violência, porém, estão mudando, alertaram especialistas

AS MULHERES ESTÃO denunciando mais a violência que sofrem e os serviços especializados às mulheres vítimas de violência cresceram mais de 500% desde 2003. Esses foram os avanços apontados em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que debateu a violência contra a mulher ontem, Dia Internacional da Mulher.

Os avanços, no entanto, precisam ser ainda maiores, conforme apontaram os expositores na audiência. Segundo a secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, em 2015 houve um aumento de 54% na prestação de serviços na Central de Atendimento à Mulher, em relação a 2014. E, apesar do crescimento dos atendimentos especializados, menos de 10% dos municípios possuem esses serviços.

Aparecida destacou que a forma da violência contra as mulheres está mudando. Os estupros, que antes eram em lugares escuros, terrenos baldios, por apenas um homem, atualmente estão ocorrendo em lugares públicos e são feitos de forma coletiva. Além disso, os assassinatos das mulheres, ou feminicídios, estão mais cruéis. As mulheres, disse, estão tendo os corpos desfigurados nos crimes.

— O grau de crueldade tem aumentado efetivamente, que também é consequência de um ódio que está estabelecido na sociedade brasileira — afirmou a secretária.

Violência doméstica

Entre os avanços citados por Aparecida Gonçalves, está a Casa da Mulher Brasileira, um centro de atendimento às vítimas de violência, que concentra todos os serviços necessários ao tratamento humanizado dessas mulheres. Atualmente, há duas casas em funcionamento, uma em Brasília e outra em Campo Grande. Este ano há a previsão de inaugurarem mais cinco casas em cinco capitais: Curitiba, São Luís, Boa Vista, São Paulo e Fortaleza.

— A de Campo Grande, em um ano, atendeu 11 mil mulheres, numa cidade de 800 mil habitantes. Portanto, isso mostra que, de fato, a violência é uma realidade — afirmou.

O promotor de Justiça Francisco de Jesus Lima, que atua na defesa da mulher vítima de violência doméstica no Piauí, destacou a parceria com escolas



Vanessa diz que 8 de março é dia de reflexão e debate, em audiência presidida por Regina (C)

na propagação da Lei Maria da Penha.

— Nós fomos às escolas, formamos parcerias. Diferentemente de irmos aos professores, que são os verdadeiros atores, e aí nós dividimos responsabilidades, levando a igualdade de gênero e a educação não sexista — relatou.

Lima também relatou a experiência do Laboratório da Lei Maria da Penha, em Teresina, em que os alunos das faculdades discutem a lei, visitam os serviços de atendimento às mulheres e produzem relatórios. Outra iniciativa do Ministério Público do Piauí é o “ZAPenha”, um canal de atendimento pelo aplicativo WhatsApp em que as mulheres podem fazer denúncias.

Para Aparecida, atualmente a sociedade possui três desafios na questão da luta contra a violência que as mulheres sofrem. O primeiro é o de enfrentar o que ela chamou de fundamentalismo na sociedade, que tenta confundir as conquistas do feminismo com uma ideologia de gênero. O segundo é o baixo orçamento destinado às políticas públicas voltadas às mulheres. E o terceiro é tentar transformar em lei os programas de enfrentamento à violência contra as mulheres, para que não se acabem com as mudanças de governo.

Justiça

O promotor Francisco de Jesus Lima também mostrou preocupação com as prescrições dos processos dos agressores. Segundo ele, no Piauí, 40% dos processos contra agressores de mulheres prescrevem, porque o Judi-

ciário não consegue julgar com maior rapidez, devido à falta de estrutura e de pessoal.

— Aí a mulher se torna vítima do Estado. Fortalece o agressor. Ele diz: “Eu não disse que não dava em nada?”. Por isso, nós temos que adotar medidas de caráter nacional, para que a justiça pela paz em casa ocorra todos os dias, não só no mês de março — afirmou.

A senadora e procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), avalia que o 8 de março não é dia de comemoração, mas de reflexão e debate.

Política

A senadora Regina Sousa (PT-PI), que presidiu a audiência, afirmou que ainda há muito caminho a trilhar na luta das mulheres, não só na questão da violência, mas também na participação das mulheres na política.

— Não sei quem disse esta frase, mas gosto dela: “Aos homens, todos os seus direitos, nada mais. E às mulheres, todos os seus direitos, nada menos”.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) falou em defesa da presidente da República, Dilma Rousseff, e ressaltou a importância de defender a democracia.

— A defesa da soberania popular associada exatamente a esse fato histórico, que é a gente ter a primeira mulher governando este país. Mulher essa pela qual nós continuamos botando a mão no fogo pela sua trajetória, pela sua história — afirmou.

Também participaram da audiência as senadoras Ana Amélia (PP-RS) e Ângela Portela (PT-RR).

Servidoras ocupam 24,5% dos cargos de direção no Senado

Doze mulheres integram o corpo diretivo do Senado: são 24,5% dos cargos de diretoria, diretoria-adjunta e chefia de assessoria. No Dia da Mulher, ontem, elas ressaltaram conquistas e desafios profissionais.

No comando da Diretoria-Geral desde o ano passado, Ilana Trombka avalia que a complementaridade entre homens e mulheres na gestão é benéfica e não deve ficar restrita apenas ao aspecto profissional.

— Os companheiros precisam entender a posição de igualdade tanto no mercado de trabalho quanto no cuidado com os filhos e em casa. A rotina dupla tem que ser dos dois.

Servidora desde 1998, Virgínia Galvez está à frente da Secretaria de Comunicação Social há um ano. Para ela, as mulheres têm papel de destaque na Casa e no jornalismo.

— Gosto de ver a seriedade e o engajamento delas quando se propõem a fazer alguma coisa — disse, ressaltando que a direção da Secom conta com outras quatro mulheres: Edna Carvalho, diretora-adjunta; Ester Monteiro, diretora de Jornalismo; Andréa Valente, diretora da Secretaria de Relações Públicas; e Silvia Gomide, coordenadora do Núcleo de Mídias Sociais.

Há mais de três décadas na Casa, Sonia Maria da Trindade comanda a Secretaria Legislativa há 19 anos e diz que nunca sofreu preconceito.

— O Senado sempre valorizou o trabalho das mulheres.

Já Elga Lopes, diretora da Secretaria da Transparência, destaca a atuação do serviço de pesquisas DataSenado, que ajudou a criar:

— Tenho muito orgulho de o DataSenado ser especializado em assuntos voltados à mulher, como o empoderamento feminino na política e a violência doméstica.

Para Carla Mendes, diretoria-adjunta da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação há dois anos, o Senado permite a evolução da mulher:

— Porque o empoderamento feminino acontece do interior da mulher para fora.

Roberta Barreto, do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero do Senado, diz que a equiparação de gêneros deve aumentar na Casa:

— Temos promovido debates para tentar mudar esse quadro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Relator apresenta novo modelo orçamentário

Projeto reformula a LOA, a LDO e o PPA, para atualizar a elaboração e o controle do Orçamento da União, com reflexos nas peças orçamentárias dos outros entes federativos

O SENADOR RICARDO Ferraço (PSDB-ES) apresentou ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), substitutivo a proposta que visa tornar mais realista o Orçamento da União. Um pedido coletivo de vista, encabeçado pelo senador José Pimentel (PT-CE), adiou a votação para terça-feira. De autoria de Tasso Jereissati (PSDB-CE), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 229/2009 estabelece normas gerais sobre orçamento, controle e contabilidade pública. Além disso, altera a Lei Complementar 101/2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável.

O substitutivo determina que a previsão de receitas que o Poder Legislativo aprovar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser mantida tanto no projeto quanto no texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) enviado para sanção presidencial. O projeto reformula o Plano Plurianual (PPA), que deverá ser simplificado e ter por base o programa de governo apresentado pelo candidato vitorioso a cargo majoritário no Poder Executivo. Também torna o envio do PPA ao Congresso Nacional coincidente com o da LDO.

O substitutivo prevê a criação do Sistema Nacional de Projetos de Investimento

(Snip), que unificará os sistemas de entes da Federação com mais de 200 mil habitantes, para dar mais eficiência ao uso dos recursos públicos.

Ferraço disse que o Snip contará com um banco de projetos, que contemplará iniciativas aprovadas pelo órgão central de planejamento da União, estados, municípios e Distrito Federal. Os projetos de investimento só poderão ser inseridos nos orçamentos se constarem desse banco.

Planejamento

O substitutivo reforça o papel da LDO como elo entre o médio e o longo prazos. A ideia é fazer com que o governo projete todas as obrigações já contratadas ou esperadas para os anos seguintes e, a partir da meta fiscal definida, determine o espaço disponível para novos projetos.

Dessa forma, a inclusão de novos projetos de investimento exigirá que os projetos já aprovados sejam adequadamente contemplados. Além disso, a aprovação dependerá da compatibilidade com o PPA e a LDO e da capacidade de viabilizar pelo menos uma etapa da obra.

—Assim, os governos passarão a fazer um planejamento fiscal de médio prazo consistente e deixarão de assumir



O relator, Ricardo Ferraço, e Ataídes Oliveira: pedido de vista coletiva adiou a votação do projeto para terça-feira

obrigações futuras sem as devidas fontes de recursos para financiá-los — disse o relator.

O substitutivo prevê também a criação do Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, reunindo sistemas de todos os entes federativos. A intenção é realizar o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de forma contínua, de modo a evitar o desperdício de recursos.

Ferraço disse que o substitutivo incorporou sugestões de técnicos de vários órgãos, unânimes na avaliação de que a Lei 4.320/1964, que está completando 52 anos, precisa ser revista. O relator observou que a proposta não está sendo pensada “à luz das circuns-

tâncias e da conjuntura atual”.

O senador José Pimentel defendeu a atualização, mas observou que, para a mudança produzir efeito, precisa completar-se com a reformulação da Lei de Execução Fiscal.

Execução fiscal

Segundo ele, essa lei permite às empresas o alongamento por até 20 anos do prazo para pagamento de impostos. De acordo com Pimentel, os recursos em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) somam atualmente cerca de R\$ 650 bilhões. O governo também aguarda a deliberação da Justiça sobre o destino de mais R\$ 1,2 trilhão.

Assim, o total de impostos não recolhidos para os cofres da União chega a R\$ 1,85 trilhão, “quase o tamanho da dívida pública brasileira”.

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou que PPA, LDO e LOA “não dão conta” de um projeto de Estado. Segundo ele, é preciso incluir no processo o planejamento estratégico de longo prazo, assunto da PEC 74/2015, de autoria do senador. Donizeti disse que discutirá com o relator a inclusão no substitutivo de mecanismos para o planejamento estratégico de longo prazo na administração pública.

Após a decisão da CAE, o PLS 229/2009 será encaminhado para votação no Plenário.

Gleisi Hoffmann assume comando de colegiado

No Dia Internacional da Mulher, foi eleita ontem a primeira presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Gleisi Hoffmann (PT-PR), indicada pela bancada petista e respaldada por membros de todos os partidos com assento na comissão.

Gleisi substituiu o senador licenciado Delcídio do Amaral (PT-MS), afastado da função parlamentar por suposto envolvimento na Operação Lava-Jato. A eleição da senadora mantém o acordo político-institucional firmado no início da legislatura, de

condução da CAE pelo PT.

— Dedico essa eleição às mulheres. Agradeço a confiança dos colegas e firmo o compromisso de conduzir a comissão de maneira republicana, chamando todos a contribuir para o desenvolvimento do país — prometeu Gleisi no discurso pós-eleição.

Quase 20 senadores renderam homenagens à nova presidente da CAE. Elogiaram também a postura equilibrada, serena, competente e discreta do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), vice-presidente do colegiado, à frente da presidência na transição entre

o afastamento de Delcídio e a eleição de Gleisi.

— Fico recompensado com essas palavras — resumiu Lira, que prossegue na vice-presidência da comissão.

As manifestações de apoio à indicação de Gleisi e à atuação de Raimundo Lira partiram dos senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Paulo Rocha (PT-PA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Hélio José (PMB-DF), Telmário Mota (PDT-RR), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Humberto Costa (PT-PE), Waldemir Moka (PMDB-MS), José Agripino (DEM-RN), José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-A), Lídice da Mata (PSB-BA), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Donizeti Nogueira (PT-TO) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) parabenizou Raimundo Lira pela condução da CAE no período de transição, mas fez críticas ao governo do PT, observando que foi a gestão petista que colocou o país “no fundo do poço”. Em seguida, desejou que Gleisi possa ajudar na superação da atual crise econômica.



Nelson Barbosa deve falar sobre medidas para diminuir a dívida pública

Ministro da Fazenda será convidado para debater “deterioração fiscal”

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública para discutir com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, “o processo de deterioração fiscal” do país e as medidas que o governo federal pretende adotar para estabilizar o crescente endividamento do setor público.

A audiência foi solicitada por Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e aprovada ontem pela comissão. A presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), informou que está negociando com Barbosa a ida à comissão no fim de

março ou em abril.

Também a pedido de Ferraço, a comissão vai realizar audiência pública para debater a crise financeira dos estados e as propostas do plano de auxílio do governo federal. Entre os convidados, estão Dyogo de Oliveira, secretário-executivo do Ministério da Fazenda; Mansueto Almeida, pesquisador do Ipea; e Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal.

No dia 22, será realizada a prestação de contas trimestral pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.



Senadora disse conduzir os trabalhos da comissão de “maneira republicana”

Regra para fechamento de escola vai à Câmara

Extinção de unidade escolar deverá passar pelos conselhos de Educação, diz projeto aprovado ontem em decisão final. Proposta sobre cultura nos colégios também foi acatada

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, em decisão final, substitutivos a dois projetos do Senado relacionados à educação básica pública. Um deles estabelece regras para a extinção de unidades escolares (PLS 10/2012). O outro prevê apresentações, nas escolas, de ações culturais dos Pontos e Pontões de Cultura (PLS 281/2014).

Os dois textos foram aprovados em turno suplementar e seguirão para análise da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

O substitutivo de Douglas Cintra (PTB-PE) ao PLS 10/2012, do ex-senador Vital do Rêgo, determina que as escolas públicas da educação básica somente poderão sofrer reestruturação na oferta de ensino ou ser fechadas após prévia manifestação do conselho de Educação do respectivo sistema.

O texto prevê ainda que não deve haver prejuízo à continuidade dos estudos dos alunos e que a receita da venda ou do



Na reunião de ontem, presidida por Romário (D), senadores também aprovaram convite ao ministro Aloizio Mercadante para participar de audiência pública

aluguel do prédio da escola deve ser totalmente destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público.

Pontos de Cultura

Elaborado por Roberto Rocha (PSB-MA), o substitutivo ao PLS 281/2014 (de autoria do ex-senador Fleury) determina que os Pontos e Pontões de Cultura poderão fazer parceria e intercâmbio com entidades de pesquisa e extensão e com escolas de educação básica, profissional e superior, levando apresentações culturais às instituições.

Os Pontos de Cultura são entidades apoiadas pelo Ministé-

rio da Cultura para desenvolver ações socioculturais em suas comunidades.

Na reunião de ontem da comissão, Paulo Paim (PT-RS) leu relatório favorável ao PLS 45/2015, de Romário (PSB-RJ), que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas e particulares. O projeto não foi votado por falta de quorum, mas recebeu elogios do relator.

Base curricular

A comissão também aprovou convite ao ministro da Educação (MEC), Aloizio Mercadante, para falar aos senadores sobre a Base Nacional Comum

Curricular (BNC), que está em fase de elaboração. O requerimento é de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Antonio Anastasia (PSDB-MG). A data da audiência será definida.

A primeira versão da BNC está em consulta pública na página do ministério até o dia 15. Depois, o MEC pretende fazer debates em todas as secretarias estaduais de Educação. A intenção é ter um documento definitivo para enviar ao Conselho Nacional de Educação até agosto. Se aprovada, a BNC será o parâmetro para a definição dos conhecimentos e habilidades que todos os alunos do ensino básico devem dominar.

Também foram convidados a participar da audiência o presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Araujo e Oliveira, e Ilona Becskeházy, mestre e doutoranda em educação e comentarista do boletim *Missão Aluno*, da rádio CBN. Ela também é autora do blog Excelência e Equidade em Educação. O requerimento prevê ainda a indicação de um representante do MEC.

Outro requerimento, de Cristovam Buarque (PPS-DF), inclui mais nomes entre os convidados de audiência que discutirá o processo de escolha dos dirigentes de instituições de ensino superior.

Aprovado texto que facilita cancelamento de serviço

Projeto que garante ao usuário o direito de cancelar serviços de telecomunicações por telefone ou internet foi aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A medida vale, entre outros, para serviços de telefonia fixa ou celular e de TV por assinatura. A proposta (PLS 224/2014) segue para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário.

Para o autor, Eduardo Amorim (PSC-SE), os usuários das empresas de telecomunicações pagam caro por um serviço de baixa qualidade e, quando querem cancelá-lo, são submetidos a dificuldades impostas pelas empresas, como exigência de atendimento presencial

para encerrar o contrato.

Relator na CCT, Lasier Martins (PDT-RS) avaliou que a proposta garantirá indiretamente ao consumidor meio eficiente de cancelar os planos. "Evita-se que dificuldades como a necessidade de des-

locamento até um posto de atendimento — nem sempre disponível na localidade de residência do usuário — impeçam ou adiem a rescisão contratual, gerando custo desnecessário ao consumidor", afirma Lasier em seu parecer.



Para o relator, Lasier Martins, projeto evita dificuldades na rescisão contratual

Projeto define avaliação do Programa de Banda Larga

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto que define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), iniciativa do governo federal que busca ampliar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes.

O texto aprovado é um substitutivo ao PLS 432/2014 e, por isso, deverá passar por turno suplementar de votação. Segundo o projeto, a avaliação e o

monitoramento do PNBL serão apresentados, com periodicidade máxima de um ano, pelo Ministério das Comunicações e pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital. A avaliação do programa pelo Poder Legislativo deverá ser feita a cada dois anos.

O autor, ex-senador Anibal Diniz (agora membro da diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel), afirma que o monitoramento das políticas públicas é um instrumento fundamental para o bem-estar da sociedade, "as-

segurando o controle das atividades realizadas pelo Estado". Além disso, argumenta, com o projeto busca-se aprimorar a execução de programas com base no acúmulo de experiências e informações, que passam a ser consideradas em futuras decisões da administração pública.

A proposta integra um conjunto de seis projetos relacionados ao PNBL apresentados por Anibal. Na condição de relator na CCT, ele foi o responsável por acompanhar o programa em 2014.

Proposta obriga uso de Libras e legenda na propaganda política

A propaganda eleitoral gratuita, a propaganda partidária e os debates transmitidos pela TV deverão utilizar os recursos da língua brasileira de sinais (Libras) e legendas, como forma de tornar conhecidas pela população com deficiência auditiva as propostas dos candidatos a cargos eletivos.

A exigência é prevista no PLS 272/2014, aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto, do ex-senador Ruben Figueiró (PSDB-MS), segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto estipula que a

propaganda partidária gratuita transmitida pela televisão deverá utilizar, simultaneamente, os recursos de Libras e as legendas, que deverão constar do material entregue às emissoras, sob pena de não divulgação. Debates devem ter interpretação em Libras.

Na justificativa, Figueiró diz que o acesso à informação política, sobre os partidos e seus programas, candidatos e propostas é premissa incontornável do exercício da cidadania. O relator na CCT, Telmário Mota (PDT-RR), avalia que o projeto é relevante e condizente com o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Funcionamento de 35 rádios é autorizado

Autorizações para o funcionamento de 35 emissoras de rádio, a maior parte delas comunitárias, foram aprovadas ontem pela CCT. Agora os projetos de decreto legislativo seguem para promulgação.

— O aumento do número de rádios comunitárias ajuda na democratização da comunicação — disse Cristovam Buarque (PPS-DF) na reunião da comissão.

Lasier presta homenagem às mulheres

Na reunião de ontem da CCT, o presidente da comissão, Lasier Martins (PDT-RS), fez homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Ele disse que as mulheres conquistaram equilíbrio maior em direitos sociais e políticos, mas há muito a ser feito:

— Reforço minha admiração pela luta diária das mulheres. Juntos precisamos construir um mundo diferente, com mais justiça.